

Edição 307 - Brasília, 04 de novembro de 2016.

## **Agenda Abruem: interesses institucionais na pauta da Associação**

*Entre as ações, reuniões com universidades australianas, com o presidente da Capes e a administrativa de novembro*



**O que:** Encontro com Australian Technology Network of Universities (ATN)

**Quando:** 07 de novembro de 2016, 14h

**Onde:** Embaixada da Austrália, Brasília

A missão internacional 2017 da Abruem será na Austrália. E, durante as tratativas para a viagem técnica, a Embaixada do país sugeriu à Associação movimentos anteriores de aproximação. Um deles se dará nessa segunda-feira (07), quando as universidades brasileiras afiliadas à Abruem e as australianas pertencentes à ATN (Australian Technology Network of Universities) terão oportunidades de estabelecer parcerias. As principais áreas de interesse da ATN são a pós-graduação, sobretudo pesquisas que busquem abordagens inovadoras na integração com o mercado; e os programas de mobilidade. “A presença senão dos reitores, mas de representantes das universidades é fundamental. É um modo de demonstrarmos que temos interesse nas instituições australianas, como eles estão demonstrando ter pelas nossas, sobretudo se pensarmos que o país é o destino da nossa missão, que tem como objetivo principal o estabelecimento de parcerias entre as instituições, proporcionando incrementos nas nossas ações de internacionalização”, analisou o reitor Aldo Nelson Bona (Unicentro), presidente da Abruem.

**O que:** Audiência com o presidente da Capes, Abilio Baeta Neves

**Quando:** 08 de novembro de 2016, 16h

**Onde:** sede da Capes, Brasília



A Capes confirmou a realização de uma Audiência entre seu presidente, Abilio Baeta Neves, e os reitores das universidades afiliadas à Abruem. A agenda foi solicitada, na semana passada, pela presidência da Abruem, durante as comemorações pelos 65 anos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Para o presidente da Associação, reitor Aldo Bona, “é imprescindível o esforço de todos no sentido de estarem na reunião. Quanto maior a participação dos reitores, maior será a demonstração de força e unidade da nossa Associação e, assim, teremos mais peso nas negociações com a Capes”. Para que a reunião atenda aos interesses institucionais da Abruem e das universidades estaduais e municipais, a Associação vai montar uma pauta de assuntos a serem abordados durante a audiência, para isso solicita que as instituições enviem suas sugestões de temas até a próxima segunda-feira (7), para o e-mail [abruem@abruem.org.br](mailto:abruem@abruem.org.br).



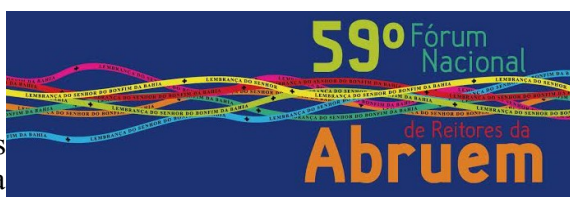
**O que:** Reunião administrativa Abruem novembro de 2016

**Quando:** 09 de novembro de 2016, 14h

**Onde:** Sede Abruem

A reunião administrativa do mês de novembro da Abruem será nessa quarta-feira. Entre os assuntos em pauta estão a apresentação do relatório final do 59. Fórum Brasileiros de Reitores, relatos das reuniões com o Andes (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), a ARB (Agência do Rádio Brasileiro) e com a ATN ( Australian Technology Network of Universities). Também será definida, a partir de proposta compartilhada com os reitores nesses semana, o projeto editorial da Revista da Abruem. Além disso, a reunião contará com a presença da coordenadora geral do RUF (Ranking Universitário Folha), que explicará o processo e os itens levados em consideração na elaboração da avaliação.

## Especial 59. Fórum Nacional de Reitores Palestra Maria Luisa Machado Cerdeira



A convidada da Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) para abrir o segundo dia do 59. Fórum Nacional de Reitores

foi a pesquisadora portuguesa Maria Luisa Machado Cerdeira, que discorreu sobre o tema “Universidade: história, atualidade e gestão”. Assim, a abordagem dela tem início com um histórico da estruturação dos principais modelos universitários – *o alemão*, no qual as instituições de Ensino Superior são públicas, seus professores são funcionários públicos e o conhecimento científico está no centro da universidade que forma pessoas que farão avançar o conjunto da sociedade; *o francês*, que tem como objetivo formar os profissionais de que o Estado-Nação precisa e, por isso, as instituições fazem parte da administração do Estado assim como os docentes são seus funcionários; e *o anglo-saxônico*, em que as universidades mantêm o estatuto de instituição autônoma em relação ao Estado, partindo do princípio de que pessoas bem formadas estão aptas a atender às necessidades das empresas e o do próprio Estado.

A partir daí, trabalhando sempre com números e dados quantitativos, Ana Luisa passou a refletir sobre o cenário atual e as tendências do Ensino Superior, centrando suas análises nas situações de Portugal e do Brasil. Um dos dados apresentados, por exemplo, é o de matrículas no Ensino Superior brasileiro, que concentra 71,4% dos estudantes em instituições privadas. Outro ponto focado é o que diz respeito às diferentes características de administração das universidades privadas e das públicas, já que a questão empresarial, de como as primeiras conseguem sobreviver com menos recursos que as segundas, tem sido usada como argumento contra as públicas. Para Ana Luisa, os estatísticas mostram que falta ao sistema privado a preocupação com a qualidade e cita a distribuição de professores por alunos em diferentes sistemas. “As instituições particulares brasileiras”, conta a pesquisadora, “têm um docente para cada grupo de 32 alunos; na rede pública federal, esse índice é de um para 13. Enquanto isso, o público estadual tem um para 14 e o municipal, um para 16. Em Portugal, o ensino público conta com um docente para cada grupo de 16 alunos, mostrando que não há desperdício no sistema público brasileiro e, sim, sobrecarga de trabalho para os professores das privadas”.

Ainda trabalhando com números, e mostrando a não fundamentação da atual cobrança para uma maior eficácia e eficiência das universidades públicas seguindo os moldes das particulares, a pesquisadora afirmou que a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) recomendava em 2000 a destinação de 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto) para o Ensino Superior, passando esse valor para 1,5% em 2012. Nos Estados Unidos, esses repasses são da ordem, respectivamente, de 2,1% e 2,8%. Já o Brasil destinava, em 2000, 0,7% do PIB e 0,9, em 2012. “Ao contrário do senso comum, que prega que há gastos demais com as universidades brasileiras, a população do País pode reivindicar que os governos façam mais investimentos em Educação Superior”, apregoou.

Ao tratar do futuro, a pesquisadora lembrou que a tendência demográfica do envelhecimento da população tende a ser mais um fator a pressionar negativamente as universidades, já que “os países alocarão mais recursos para os sistemas de pensões e de saúde, o que resultará em quantidade de verbas menor para o meio universitário”. Para enfrentar o prognóstico negativo, Ana Luisa reiterou que as universidades devem reforçar a validade de seu bem mais precioso, que é o valor do seu diploma. “Nesse ambiente de mudanças e turbulências é a gestão, a governança das universidades que fará a diferença, redefinindo as missões do Ensino Superior”, finalizou.

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira ([crferreira@uepg.br](mailto:crferreira@uepg.br))

Secretaria Geral: Denize Alencastro ([abruem@gmail.com](mailto:abruem@gmail.com))

Web-designer: Felipe Moro Ferreira ([felipe\\_m\\_ferreira@yahoo.com.br](mailto:felipe_m_ferreira@yahoo.com.br))

Jornalista Responsável: Ariane Pereira ([ariane\\_carla@uol.com.br](mailto:ariane_carla@uol.com.br))



**ABRUEM**

